

## INFORMATIVO Nº 009/2013

Orientações relativas ao tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nas licitações de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública Estadual, estabelecidos no Decreto Estadual nº 38.493/2012

### 01. DOS CONCEITOS

- **Microempresas** - a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406/2002<sup>1</sup> (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais)<sup>2</sup>;
- **Empresas de pequeno porte** - a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso,

<sup>1</sup> “Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

Parágrafo único. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.”

<sup>2</sup> Art. 3º, inc. I da Lei Complementar nº123/2006.

desde que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais)<sup>3</sup>.

- **Microempreendedores individuais** - o empresário individual a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406/2002 - Código Civil, que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pelo recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês.

## **02. DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL PARA AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS ME, EPP E MEI EM LICITAÇÕES.**

- padronizar e divulgar as especificações dos bens e serviços a serem contratados, de modo a orientar as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais para que adequem os seus processos produtivos;
- definir o objeto da contratação sem utilizar especificações que restrinjam, injustificadamente, a participação das microempresas, das empresas de pequeno porte e dos microempreendedores individuais;
- estabelecer e divulgar através de portal institucional, site oficial e/ou outras formas de divulgação, planejamento anual das contratações públicas a serem realizadas, com a estimativa de quantitativo e de data das contratações; e
- descentralizar territorialmente as compras públicas, observando as potencialidades econômicas e a capacidade produtiva locais, permitindo ampliar a competitividade e fomentar o desenvolvimento local e regional.

<sup>3</sup> Art. 3º, inc. I da Lei Complementar nº123/2006.

### **03. DA PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÕES DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS COM DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS.**

Segundo o artigo 3º do Decreto nº 38.493/2012, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nas licitações de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública Estadual, **a comprovação de regularidade fiscal destas empresas somente será exigida para efeito de contratação.**

No momento da participação do procedimento licitatório, tais empresas deverão apresentar toda a documentação comprobatória de regularidade fiscal, estando ela negativa ou positiva. Neste último caso, terão prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para sanar a questão, regularizando o débito e apresentando nova documentação.

A não regularização da documentação no prazo previsto implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93<sup>4</sup>, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou revogar a licitação. (Art. 3º, §4º)

### **04. DO CRITÉRIO DE DESEMPATE (Art. 4º)**

Essa inovação surgiu por força do artigo 4º, da legislação ora apreciada, ao disciplinar sobre o critério de desempate, com preferência para as Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedores Individuais - MEI.

---

<sup>4</sup> Art. 81. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos licitantes convocados nos termos do art. 64, § 2º desta Lei, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço.

Nas licitações onde houver a participação de Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI, a preferência, em caso de empate, deve ser concedida a elas.

Por empate, entende-se a proposta com valor igual ou até 10% superior àqueles apresentados pelas demais empresas (ou 5% na modalidade pregão).

A preferência será concedida da seguinte forma: (art. 4º, § 5º)

- Havendo empate, a ME, EPP e MEI poderá apresentar a proposta de preço inferior àquela vencedora. Não apresentando a proposta, serão convocados os remanescentes que se enquadram em situação de empate, na ordem de classificação.
- Havendo empate entre as propostas ofertadas por ME, EPP e MEI, será realizado um sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

## **05. DA POSSIBILIDADE DE RESTRIÇÃO DE LICITAÇÕES EXCLUSIVAS A ME, EPP E MEI. (Art. 5º)**

Segundo o artigo 5º do Decreto Estadual supracitado, os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual deverão realizar procedimentos licitatórios exclusivos para estas empresas, nos valores de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil Reais), nas contratações de bens e serviços a seguir contidos no Anexo I da referida legislação.

Ressalte-se que os bens e serviços não abrangidos pelo Anexo I poderão adotar este procedimento de restrição às ME, EPP e MEI desde que obedecido o mesmo limite valorativo, qual seja, R\$ 80.000,00 (oitenta mil Reais).

Nas licitações exclusivas, não havendo interessados ou nenhum selecionado, em decorrência de inabilitação ou desclassificação das propostas, o processo poderá ser repetido sem obrigatoriedade da participação exclusiva.

Para este tipo de licitação destinada a participação exclusiva das ME, EPP e MEI, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social não será exigida para fins de habilitação, conforme artigo 10 da legislação em apreço.

## **06. LICITAÇÃO COM EXIGÊNCIA DE SUBCONTRATAÇÃO DE ME, EPP E MEI. (Art. 6º)**

O artigo 6º do Decreto nº 38.493/2012, alterado pelo Decreto nº 38.971/2012 dispõe que os órgãos e entidades da administração pública estadual deverão estabelecer nos instrumentos convocatórios a exigência de contratação de ME, EPP ou MEI, nas licitações para aquisição de bens e serviços contidos no Anexo II, em relação aos serviços acessórios, sob pena de desclassificação, sendo o empenho e o pagamento destinados diretamente às ME, EPP ou MEI subcontratado.

Para isto, os órgãos e entidades deverão determinar o percentual de exigência da subcontratação, limitados a 30% do valor relativo a serviços acessórios; indicar e qualificar as subcontratadas com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores; apresentar a documentação exigida no edital, inclusive a regularidade fiscal e trabalhista das ME, EPP ou MEI subcontratados; comprometer-se a substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção de subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante ou demonstrar a inviabilidade de substituição, em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada; responsabilizar-se pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação; indicar no contrato firmado com a licitante vencedora a empresa subcontratada vinculada aos serviços acessórios a ela destinados no edital, a qual responderá solidariamente pela parte que lhe cabe.

Nas licitações para aquisição de bens e serviços não contidos no Anexo II, os órgão e entidades poderão estabelecer essa exigência de subcontratação desde que cumpridos os requisitos acima estabelecidos.

É importante salientar que a exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for ME, EPP e MEI, consórcio composto em sua totalidade por ME, EPP e MEI respeitado o disposto no artigo 33 da Lei nº 8.666/93 ou consórcio composto parcialmente por ME, EPP ou MEI com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.

Em se tratando de fornecimento de bens é vedada a exigência de subcontratação, salvo quando o fornecimento estiver vinculado à prestação de serviços acessórios.

Também é vedada a exigência de subcontratação de itens ou parcelas determinadas ou de empresas específicas.

## **07. RESERVA DE COTA (Art. 7º)**

O Decreto Estadual prevê em seu artigo 7º que os órgãos e entidades deverão reservar cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de ME, EPP e MEI nas licitações para a aquisição dos bens e serviços contidos no Anexo III do Decreto, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto.

Os bens e serviços de natureza divisível e não abrangidos pelo Anexo supra, poderão ser destinados a processos licitatórios com reserva de cota de até 25% do objeto para a contratação de ME, EPP e MEI nas licitações, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto.

Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, se houver recusa, aos licitantes remanescentes, desde que obedeçam ao preço do primeiro colocado.

E, na hipótese de a empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas dar-se-á pelo menor preço obtido entre as cotas.

## **08. VEDAÇÃO AO TRATAMENTO DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO ÀS ME, EPP E MEI (Art. 8º)**

Os benefícios trazidos por esta legislação às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais, tais como, licitações exclusivas, exigência de subcontratação, reserva de cota de até 25 % (vinte e cinco por cento) não serão aplicados nas seguintes hipóteses:

a. Se não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como ME, EPP ou MEI sediados no local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

b. Se o tratamento diferenciado e simplificado não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratada;

Considera-se como não vantajosa a contratação quando resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência ou acima dos preços praticados no mercado;

c. Se a licitação for dispensável ou inexigível;

d. Se a soma dos valores licitados conforme o disposto nos artigos 5 a 7 ultrapassar 25% (vinte e cinco por cento) do orçamento disponível para contratações em cada ano civil;

e. Se o tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar à promoção do desenvolvimento econômico e social, à ampliação da eficiência das políticas públicas e ao incentivo à inovação tecnológica, justificadamente;

f. Se a fonte de recursos for total ou parcialmente proveniente de financiamento concedido pelo BIRD e BID ou decorrente de acordos com outros organismos financeiros internacionais ou agência estrangeira de cooperação, que estabeleçam regras próprias de licitações;

## **09. DAS ATRIBUIÇÕES DA SAD NO TRATAMENTO FAVORECIDO E SIMPLIFICADO ÀS ME, EPP E MEI.**

É imperioso informar que caberá a Secretaria de Administração – SAD, de acordo com sua competência de orientação técnico-administrativa aos órgãos da administração direta e indireta do Estado quanto aos procedimentos relativos à licitação, dispensa, inexigibilidade e respectivas contratações, as seguintes atribuições:

- Supervisionar as atividades no Decreto;
- Publicar editais padrões para licitações destinadas a ME, EPP;
- Fomentar ou promover as adequações em seus sistemas e/ou sítios para o cumprimento do Decreto nº 38.493/2012, especialmente, no que se refere à adequação do cadastro de fornecedores do Estado para identificar as ME, EPP e MEI, classificadas por categorias conforme sua especialização e região, com



as respectivas linhas de fornecimento, de modo a possibilitar a notificação das licitações e facilitar a formação de parcerias e subcontratações.

- Capacitar os gestores responsáveis pelas contratações públicas e estimular as entidades públicas e privadas de apoio e serviço a capacitarem as ME e EPP visando a sua participação nos certames licitatórios;
- Incentivar a adoção da política de compras pelos municípios;
- Editar normas complementares para a execução deste Decreto.

## **10. DISPOSIÇÕES FINAIS**

A entidade ou Órgão que queira conceder o tratamento diferenciado e simplificado para as ME, EPP e MEI nos termos do Decreto que o regulamenta deverão prevê todos os critérios em seus instrumentos convocatórios, ressaltando-se que os critérios da licitação exclusiva, exigência de subcontratação e reserva de cota não poderão ser utilizados cumulativamente no mesmo procedimento licitatório e, deverão ser respeitados os limites em Lei.

Observa-se ainda que, para o atendimento dos dispositivos nessa lei, as ME, EPP e MEI deverão declarar, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como ME ou EPP, podendo desfrutar do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/06, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Em se tratando de Pregão eletrônico, esta declaração será prestada eletronicamente em campo próprio do sistema, antes do envio da proposta. Em sessão pública, a identificação das ME, EPP e MEI só deverá ocorrer após o encerramento dos lances.

Nas demais modalidades, a declaração deverá ser apresentada logo após a abertura da sessão, separadamente dos envelopes contendo os documentos de habilitação e propostas.



## 11. DEMAIS INFORMAÇÕES

Demais orientações que se façam necessárias poderão ser obtidas junto à Chefia das Ações de Orientação - COR da Secretaria da Controladoria Geral do Estado - SCGE, exclusivamente **das 8h às 12h**, através do telefone 3183-0921.

Recife, 07 de maio de 2013.

**Gerente de Orientação, Normas e Procedimentos**

Andréa Costa de Arruda

**Chefe das Ações de Orientação**

Lucileide Lopes

**Equipe Técnica**

Jeiniele Guimarães Batista

Leandra Aguiar

Luana Bernaola

Noélia Lino

Ricardo José Nascimento da Silva

**Estagiário**

Otávio Miécio Santos Sampaio

**ANEXO I (Decreto nº 38.493/2012)**  
**Bens e serviços destinados à contratação exclusiva**

**I – Grupo:**

- a) Materiais para construção (código 56);

**II – Classes:**

- a) Material de expediente (código 7501);
- b) Suprimentos de informática (código 8695);
- c) Frutas verduras e legumes *in natura* (código 8915);
- d) Compostos e preparados para limpeza e polimento (código 7930);
- e) Utensílios de limpeza (código 7920);
- f) Cereais em grãos e farinhas em geral (código 8920);
- g) Serviços de produção e impressão gráfica (código 0708);
- h) Serviços de manutenção de máquinas e equipamentos elétricos, Eletrônicos e Eletroeletrônicos (código 0506).

**III – Materiais:**

- a) Água mineral;
- b) Leite pasteurizado;
- c) Ovos;
- d) Carne bovina;
- e) Pão;
- f) Serviço de fotografia;
- g) Serviço de filmagem;
- h) Serviço de manutenção de aparelho/sistema de refrigeração;
- i) Serviços de manutenção em equipamentos de informática.

**IV – Itens:**

- a) Serviço de Buffet - tipo coquetel sem locação de espaço;
- b) Serviço de alimentação – preparação de lanche.

**ANEXO II (Decreto nº 38.493/2012, alterado pelo Decreto nº 38.972/2012)**

**Bens e serviços com exigência de subcontratação.**

I – Grupo:

a) Mobiliários em geral (código 71).

II – Materiais:

a) Serviço de confecção de vestuário em geral

III – Itens:

a) Serviço de locação de equipamentos de informática – microcomputador com manutenção corretiva.”

**ANEXO III (Decreto nº 38.493/2012)**  
**Bens e serviços para reserva de cota.**

I – Grupo:

b) Mobiliários em geral (código 71).

II – Materiais:

b) Serviço de confecção de vestuário em geral.